

Editorial

Ao comemorar seus 35 anos de fundação, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) reafirma a importância da visão política de longo e amplo alcance a ser devidamente cultivada pelo movimento sanitário, de modo a expressar ideias que articulem o interesse público não somente no campo da saúde, como também em relação às grandes questões da sociedade e da vida democrática.

Entende-se que a retomada do movimento sanitário, que ocorreu gradualmente ao longo dos últimos cinco anos, precisa estar orientada para a formulação deste tipo de visão, para a qual ainda faz falta definir estratégias específicas, algo que só pode ser alcançado mediante continuado debate nos anos a frente. Ademais, em relação aos partidos e governos, vale salientar a necessidade de manter o espírito da autonomia política, que deve estar presente na elaboração dos documentos e proposições identificados com o movimento.

A este respeito, parece aconselhável buscar inspiração em exemplos marcantes da história do movimento, atestados por decisões criativas que foram tomadas em face de certos conflitos de natureza institucional. Dois momentos cruciais podem ser lembrados aqui: o do batismo do movimento, em 1995, e o da agenda da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1996.

No início da chamada Nova República, houve uma polêmica em torno da bandeira a ser adotada pelo conjunto do movimento. Alguns pensavam que o objetivo mais importante seria radicalizar e universalizar as ações integradas de saúde, as quais vinham sendo promovidas em conjunto pelo Ministério da Saúde e pelo antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Outros queriam a fusão imediata desses dois órgãos, com a formulação de um novo projeto para o setor. Mas ambas as propostas tinham caráter fortemente institucional, estas jamais permitiriam que o movimento sanitário abraçasse o projeto mais amplo de mudança e democratização da sociedade, em conexão com outras mobilizações sociais da época. Tal ponderação foi explicitamente apresentada por Sergio Arouca, sob influência da experiência italiana. Arouca convenceu a todos que era necessário um projeto de amplo e longo alcance, o qual denominou-se finalmente de Reforma Sanitária. Os jovens militantes de atualmente talvez não saibam, mas esta expressão muito oportuna – que indicava ser necessário repensar e reformar todo o campo da saúde e com a qual se batizou o movimento – só obteve uso generalizado a partir de 1985.

O segundo exemplo decorre ainda da incontestada liderança exercida por Arouca. Às vésperas da 8ª Conferência de 1986, tornou-se agudo o embate entre duas correntes do movimento, uma ligada ao INAMPS e outra ligada ao Ministério da Saúde. Parecia ser inevitável transplantar esse confronto político-institucional aos debates da Conferência, sobretudo em face da proposta então vigente de promover uma imediata fusão dessas duas instituições. Mas, durante o período preparatório, Arouca habilmente contrapõe-se a essa polêmica meramente institucional. Na

abertura, ela dá o tom que seria seguido no evento: a defesa intransigente do direito à saúde. Foi assim que o movimento sanitário pôde naquele momento formular com muita minúcia as mudanças que seriam futuramente incluídas no arcabouço constitucional do setor saúde, a começar pelo artigo 196, que caracteriza a saúde como direito de todos e dever do Estado.

É hora de refletir sobre estas duas lições e formular novos objetivos e estratégias, especialmente em face do novo impulso desenvolvimentista, o qual, segundo o que muitos brasileiros esperam, deverá ser desencadeado pelo governo da presidente Dilma. Cabe perguntar novamente: como deve o movimento sanitário, nessa nova conjuntura, articular o interesse público, não somente no campo da saúde, mas igualmente em relação às grandes questões da sociedade, começando pela questão democrática do desenvolvimento?

A Diretoria Nacional